



# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20  
25





# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 São Domingos do Capim





## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

## FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Oswaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

## EXPEDIENTE

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização



# ÍNDICE

**Introdução**..... 8

**Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza**..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

**Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável**..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

**Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar**..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

**Objetivo 4 - Educação de Qualidade**..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

**Objetivo 5 - Igualdade de Gênero**..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

**Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento**..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23





	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....</b>	<b>24</b>
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....</b>	<b>27</b>
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....</b>	<b>29</b>
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....</b>	<b>32</b>
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....</b>	<b>34</b>
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....</b>	<b>36</b>
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....</b>	<b>39</b>
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água.....</b>	<b>41</b>
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre.....</b>	<b>42</b>
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....</b>	<b>45</b>
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....</b>	<b>47</b>
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....</b>	<b>50</b>
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....</b>	<b>51</b>



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25





# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2018-2022) .....	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2022) .....	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2018-2022) .....	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2025) .....	50



# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **São Domingos do Capim (PA)**.





# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

Em São Domingos do Capim, a taxa de pobreza iniciou o período em 67,9% (2019) e manteve relativa estabilidade até 2021 (66,0%). Contudo, em 2022, houve um expressivo aumento, atingindo o pico de 89,2%, o que pode estar associado a impactos econômicos da pandemia e da inflação sobre populações vulneráveis. Em 2023, o índice caiu drasticamente para 62,1%, retornando a níveis semelhantes ao início da série. A Região de Integração (RI) Guamá apresentou padrão semelhante, com estabilidade entre 2019 (45,0%) e 2021 (44,7%), pico de 61,8% em 2022 e forte que-

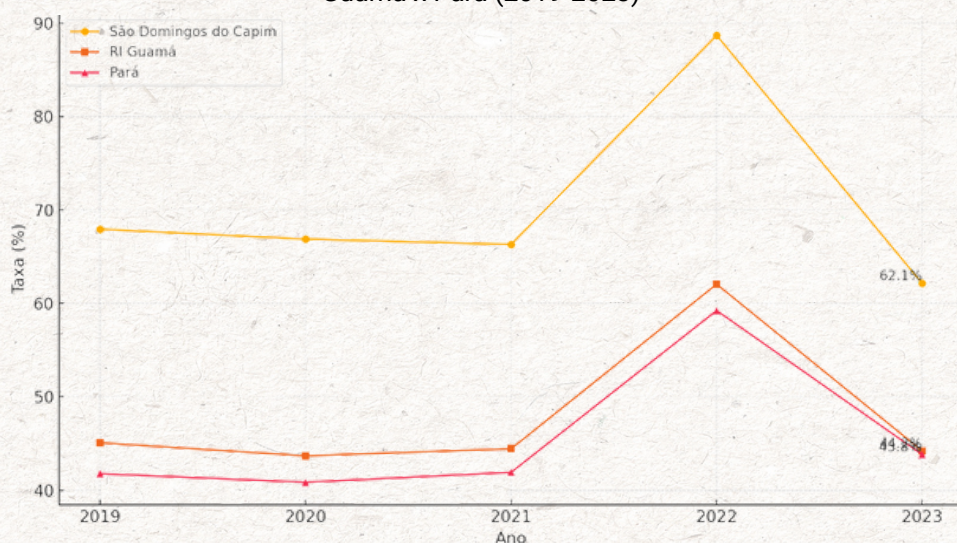
da para 44,8% em 2023. Já o estado do Pará variou de 41,8% (2019) para 42,0% (2021), alcançando 59,1% em 2022 e recuando para 43,3% em 2023 famílias (Gráfico 1).

Esse comportamento revela um padrão comum entre os três recortes territoriais, com o aumento da pobreza em 2022 e a subsequente queda em 2023. A elevação acentuada em 2022 pode ser explicada por desdobramentos econômicos da pandemia de COVID-19, como desemprego e perda de renda. A recuperação em 2023 pode refletir o retorno das atividades econômicas e possíveis efeitos



de políticas públicas compensatórias. É importante destacar que, mesmo com a queda, São Domingos do Capim ainda apresenta uma taxa de pobreza muito superior às médias estadual e da RI. Isso evidencia a necessidade de políticas de longo prazo voltadas à redução da desigualdade (Gráfico 1).

**Gráfico1** - Evolução da Taxa de Pobreza, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesas Públicas com Serviços essenciais

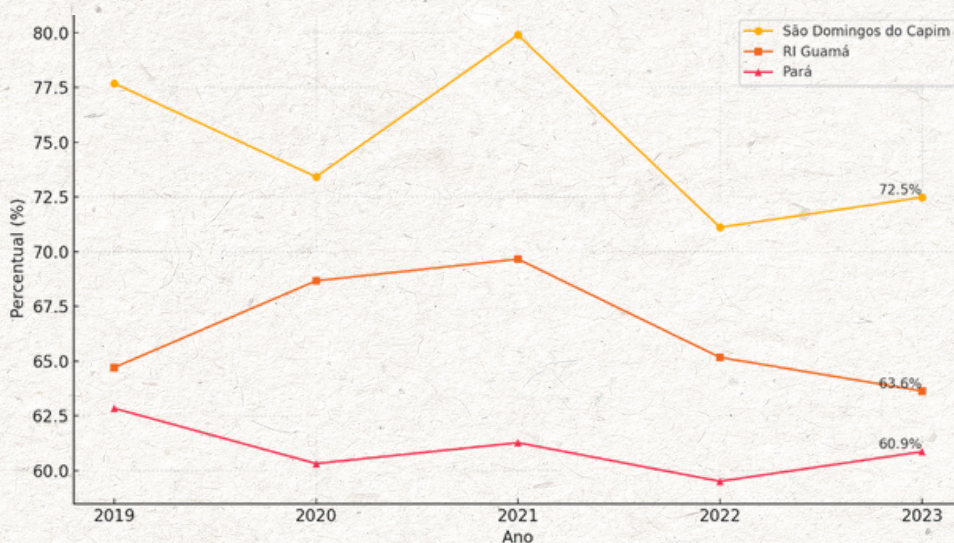
Em São Domingos do Capim, as despesas com serviços essenciais representaram 77,9% do total em 2019, caíram para 73,5% em 2020 e se recuperaram até alcançar 80,2% em 2021. No entanto, em 2022 houve retração significativa para 71,2%, com leve melhora em 2023, alcançando 72,5%. A RI Guamá apresentou trajetória de crescimento entre 2019 (64,7%) e 2021 (69,6%), mas depois decaiu até 63,6% em 2023. Já o Pará teve os menores percentuais: iniciou com 62,6% (2019), caiu para 59,5% em 2022 e encerrou com 60,9% em 2023. Mesmo com oscilações, São Domingos do Capim investiu proporcionalmente mais em serviços essenciais que os demais (Gráfico 2).

Esse cenário evidencia o esforço municipal para priorizar áreas como saúde, educação e saneamento básico, sobretudo até 2021. A redução em 2022 pode ter sido reflexo de pressões fiscais ou da necessidade de realocação orçamentária diante de emergências sanitárias. Ainda assim, em 2023, o município conseguiu manter um patamar de alocação de recursos acima da média estadual e da RI. Isso é especialmente relevante, considerando sua alta taxa de pobreza no mesmo período. As despesas com serviços essenciais têm papel fundamental na redução de vulnerabilidades sociais (Gráfico 2).





**Gráfico 2** - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

## ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.*



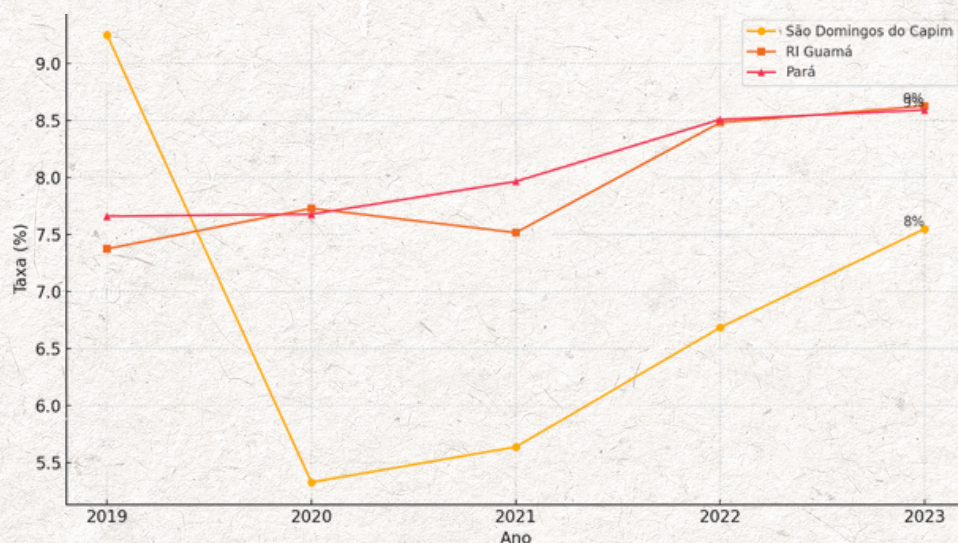
## Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em São Domingos do Capim, a taxa de crianças com baixo peso ao nascer apresentou acentuada queda de 9,2% em 2019 para apenas 5,3% em 2020. A partir de então, iniciou trajetória de elevação gradual: 5,6% em 2021, 6,6% em 2022 e, finalmente, 8,0% em 2023. Esse padrão revela uma forte melhoria inicial, possivelmente impulsionada por políticas de atenção básica ou reforço no pré-natal, seguida por uma retomada do problema nos anos seguintes. Na Região de Integração Guamá, os dados foram mais estáveis, com leve elevação de 7,4% em 2019 para 7,7% em 2020, oscilando em 2021 (7,5%) e subindo até 8,6% em 2023 (Gráfico 3).

No estado do Pará, o indicador manteve trajetória de alta contínua, de 7,7% (2019) para 8,6% (2023), com aceleração mais visível entre 2021 (7,9%) e 2022 (8,5%). Observa-se que, embora São Domingos do Capim tenha iniciado o período com o pior cenário, foi o único entre os três recortes a apresentar melhora relevante em 2020. No entanto, a perda gradual desse avanço indica fragilidade na manutenção de políticas públicas ou dificuldades estruturais. A convergência dos índices locais, regionais e estaduais para a faixa dos 8% revela um alerta para o crescimento desse problema em todo o território (Gráfico 3).



**Gráfico 3** - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



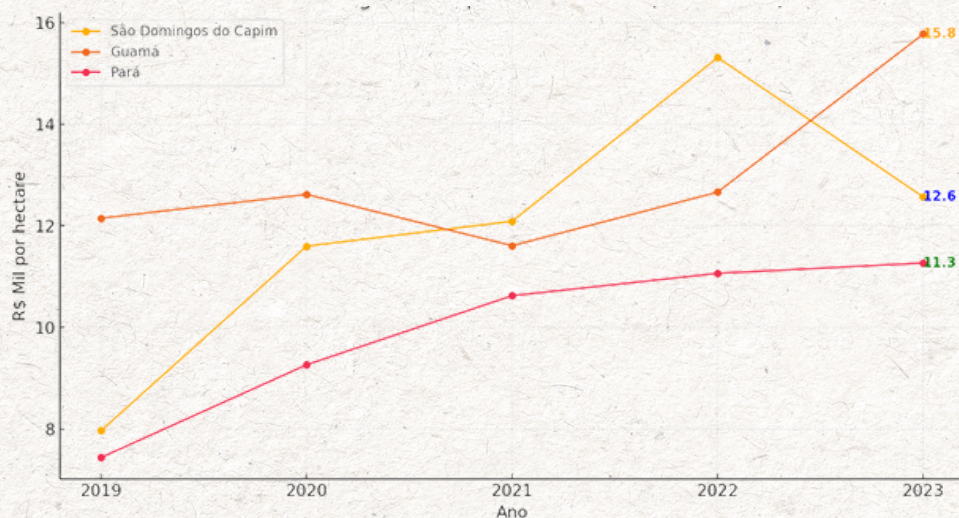
## Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em São Domingos do Capim, a produtividade agrícola cresceu de R\$ 8,0 mil/ha em 2019 para um pico de R\$ 15,1 mil/ha em 2022, antes de recuar para R\$ 12,6 mil/ha em 2023. Esse comportamento revela avanços expressivos, mas também certa instabilidade. A RI Guamá apresentou crescimento mais contínuo: partiu de R\$ 11,9 mil/ha em 2019, oscilou levemente e fechou 2023 com R\$ 15,8 mil/ha, superando o município. No estado do Pará, o avanço foi constante, embora mais modesto, passando de R\$ 7,4 mil/ha (2019) para R\$ 11,3 mil/ha (2023). Observa-se, assim, que a produtividade

regional superou a estadual e se mostrou mais consistente (Gráfico 4).

Os dados indicam que São Domingos conseguiu ampliar significativamente sua produtividade até 2022, possivelmente por meio de investimentos em tecnologia agrícola, insumos ou apoio técnico. O recuo em 2023, no entanto, aponta para desafios na sustentabilidade desses ganhos. A RI Guamá, por sua vez, manteve trajetória ascendente sólida, refletindo maior estabilidade e diversificação agrícola. O crescimento estadual contínuo revela progresso geral, ainda que em ritmo mais lento (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.







# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

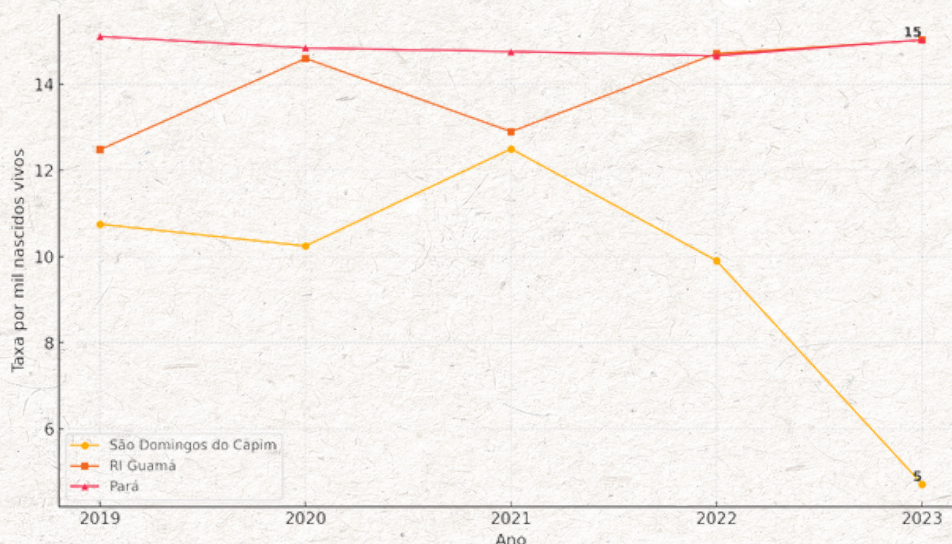
Em São Domingos do Capim, a taxa de mortalidade infantil iniciou o período em 10,8 óbitos por mil nascidos vivos (2019), caiu para 10,3 em 2020 e subiu para 12,5 em 2021. A partir daí, houve quedas significativas: 9,9 em 2022 e 5,0 em 2023. A Região de Integração Guamá variou de 12,6 (2019) para 14,6 (2020), recuando levemente em 2021 (13,0) e voltando a subir para 14,8 em 2022 e 15,0 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 15,1 em 2019 e manteve variações mínimas, oscilando entre 14,7 e 15,1 no período (Gráfico 5).

A forte queda na taxa do município em 2023 se destaca positivamente no cenário regional. O recuo pode indicar avanço nos serviços de saúde infantil, ampliação da cobertura pré-natal e maior acesso a recursos hospitalares. Em contraste, tanto a RI Guamá quanto o estado mantiveram taxas persistentemente altas, o que sugere entraves estruturais à redução da mortalidade infantil. A média estadual, por exemplo, permaneceu próxima de 15 por mil em todo o período. A performance do município mostra que políticas direcionadas podem gerar impacto concreto mesmo em contextos de vulnerabilidade. Porém, é necessário monitorar a sustentabilidade dessa melhora (Gráfico 5).





**Gráfico 5** - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em São Domingos do Capim, a disponibilidade de médicos era de 2,5 por 10 mil habitantes em 2019, subindo ligeiramente para 2,8 em 2020. Houve queda em 2021 (1,5), seguida por recuperação nos anos seguintes: 2,6 em 2022 e 3,0 em 2023. Na RI Guamá, o índice era de 4,2 em 2019 e chegou a 6,0 em 2023, com crescimento constante. O estado do Pará manteve desempenho superior, partindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e atingindo 11,0 em 2023 (Gráfico 6).

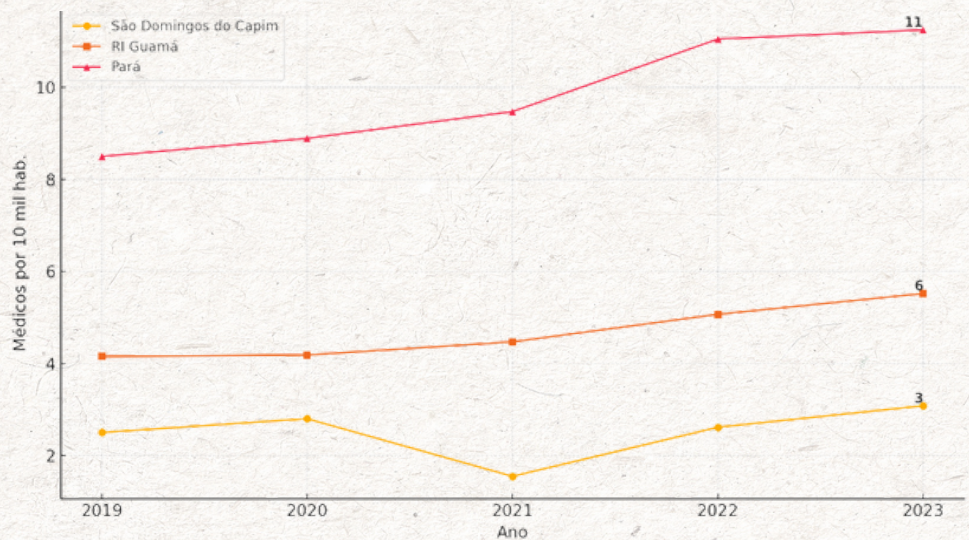
Esses dados revelam desigualdade significativa no acesso a médicos entre

os níveis territoriais. Enquanto o Pará teve crescimento contínuo e consistente, São Domingos oscilou e só em 2023 ultrapassou o patamar de 2019. Apesar da recuperação recente, o município ainda apresenta índice muito inferior à média estadual. A RI Guamá demonstrou melhora gradativa, o que pode refletir políticas regionais de fixação de profissionais. O aumento do número de médicos está intimamente ligado à melhoria de indicadores como a mortalidade infantil, e essa relação pode ser observada no próprio município. Ainda assim, a cobertura permanece aquém do ideal (Gráfico 6).





**Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamã x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

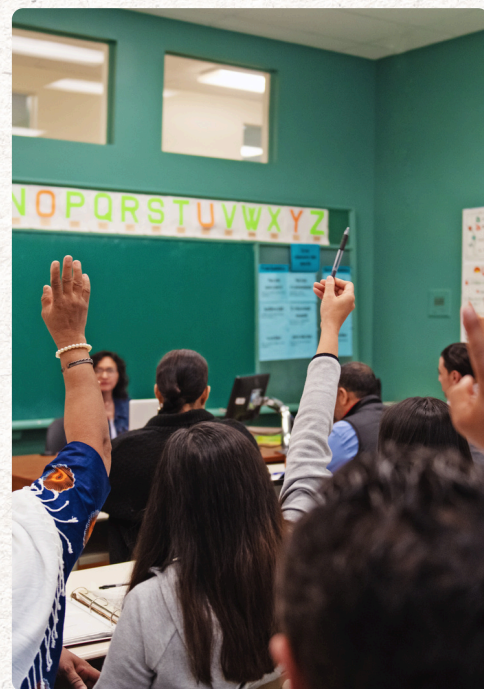
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

São Domingos do Capim apresentava, em 2019, um elevado número de vagas no ensino público: 310 por mil habitantes. Esse número caiu para 296 em 2020 e manteve-se estável em 2021. Em 2022, houve nova queda (291) e recuo mais intenso em 2023, com 250 vagas por mil habitantes. Na RI Guamá, o índice partiu de 217 (2019), caiu até 209 (2020), subiu para 215 em 2022 e encerrou com 190 em 2023. No estado, a evolução foi de 211 (2019) para 198 (2023), também apresentando declínio (Gráfico 7).

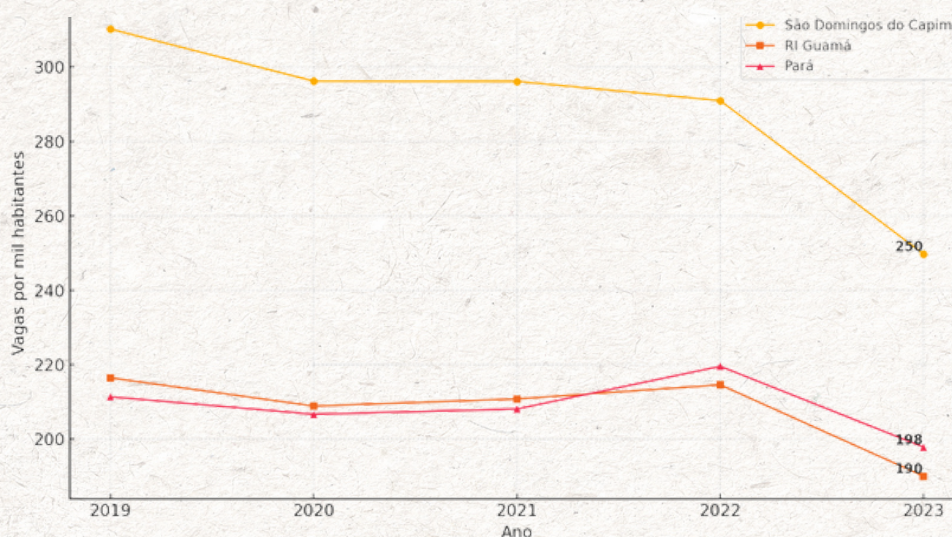
A queda acentuada em São Domingos entre 2022 e 2023

representa uma perda de 41 vagas por mil habitantes em apenas um ano. Isso pode ter impacto direto na capacidade de absorção da demanda estudantil, especialmente em áreas rurais ou periferias urbanas. O padrão de retração se repete nos três níveis territoriais, sugerindo fatores mais amplos como envelhecimento da população, migração ou redução de investimentos em educação. Ainda assim, São Domingos continua com oferta superior aos demais. É fundamental garantir que a qualidade acompanhe a quantidade para evitar precarização da rede (Gráfico 7).





**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 250 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

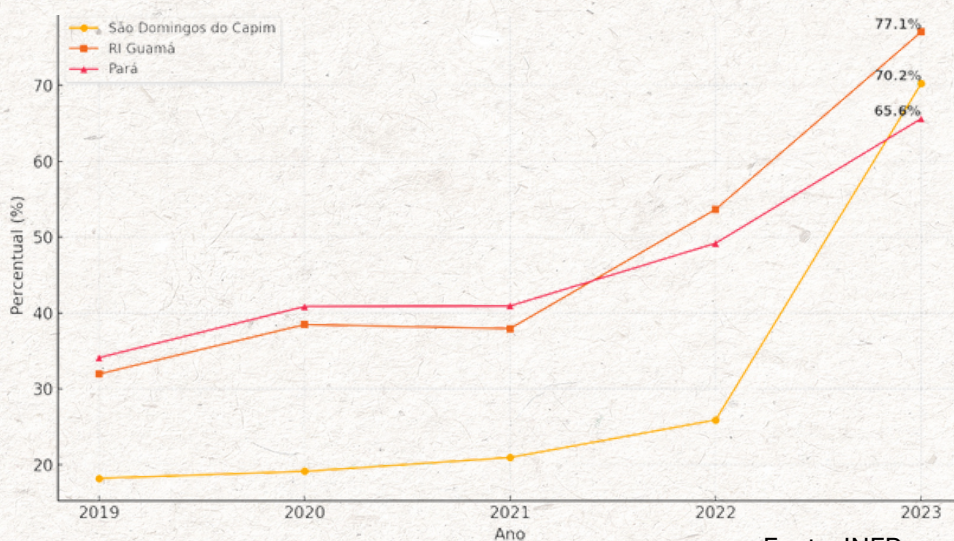
Em 2019, São Domingos do Capim possuía apenas 18,1% das escolas com acesso à internet, índice que subiu pouco até 2021 (21,1%). Em 2022, houve leve crescimento (25,5%), mas o avanço mais expressivo se deu em 2023, quando o indicador saltou para 70,2%. A RI Guamá iniciou em 32,0% (2019), chegou a 38,1% (2021) e avançou fortemente para 77,1% em 2023. O estado do Pará partiu de 34,2% em 2019 e alcançou 65,6% em 2023, com crescimento progressivo (Gráfico 8).

O município apresentou um dos maiores crescimentos relativos no último ano, supe-

rando tanto a média estadual quanto o salto médio da RI. Isso indica que houve políticas específicas ou investimentos pontuais na infraestrutura digital escolar local. Ainda assim, o longo período de estagnação entre 2019 e 2021 sugere atraso na inclusão digital, o que pode ter prejudicado o ensino remoto durante a pandemia. A expansão recente é positiva, mas deve ser acompanhada por capacitação docente e investimentos em equipamentos. O acesso à internet é essencial para a qualidade da educação e equidade de oportunidades no meio escolar (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Domingos do Capim x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

### Violência Contra a Mulher por Parceiros



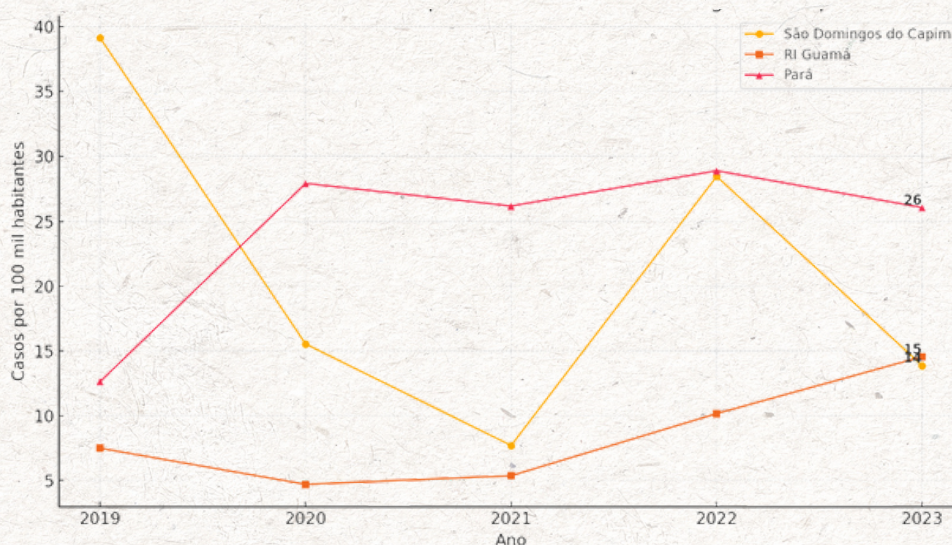
Em São Domingos do Capim, o indicador começou em 2019 com 39 casos por 100 mil habitantes, despencando para 15,5 em 2020 e chegando ao ponto mais baixo em 2021, com 7,7 casos. Em 2022, houve forte aumento para 28,6 e queda posterior em 2023, com 15 casos. Na RI Guamã, os números oscilaram entre 7,6 (2019) e 14,6 (2023), com crescimento progressivo desde 2020 (4,8). Já no Pará, houve salto de 12,7 (2019) para 28,0 (2020), oscilando nos anos seguintes e encerrando 2023 com 26,0 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).





Esses dados mostram que, embora o município apresente forte oscilação, conseguiu reduzir significativamente os casos em relação ao pico de 2019. A RI Guamá manteve padrão de crescimento gradual, mas ainda com números mais baixos. O Pará se manteve com os maiores índices no período recente, evidenciando problema estrutural mais amplo. O comportamento de São Domingos sugere influência de variações locais, campanhas pontuais ou subnotificações. A queda em 2023 é positiva, mas o histórico de instabilidade demonstra necessidade de políticas contínuas de proteção à mulher (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

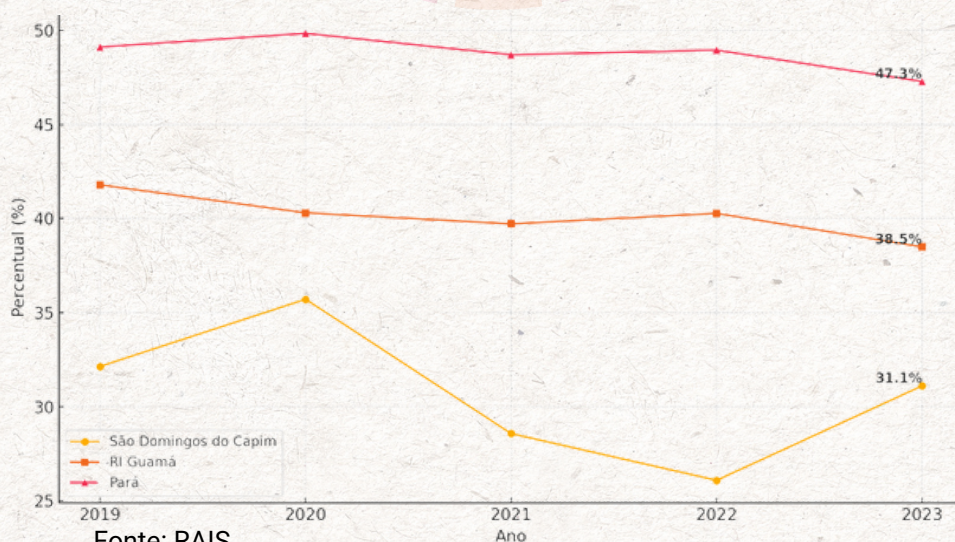
Em São Domingos do Capim, o percentual de mulheres em cargos gerenciais começou em 32,2% em 2019, subiu para 35,5% em 2020 e caiu nos anos seguintes, atingindo 26,1% em 2022. Em 2023, houve leve recuperação para 31,1%. Na RI Guamá, os percentuais partiram de 41,8% em 2019 e caíram de forma constante até 38,5% em 2023. Já no estado do Pará, os níveis se mantiveram elevados: 49,1% em 2019, com variações discretas, encerrando em 47,3% no último ano (Gráfico 10).





Esse cenário revela uma desigualdade considerável entre o município e o estado. Enquanto o Pará tem quase metade dos cargos gerenciais ocupados por mulheres, São Domingos ainda está abaixo de um terço, mesmo com as oscilações. A queda acentuada entre 2020 e 2022 pode refletir retrocessos na promoção da equidade de gênero no setor público e privado local. A leve recuperação em 2023 é um sinal positivo, mas insuficiente diante da tendência anterior. A RI também apresenta queda, indicando que o problema não é isolado. Medidas afirmativas e incentivos à liderança feminina são fundamentais para reverter esse quadro (Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 6

## ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

### Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

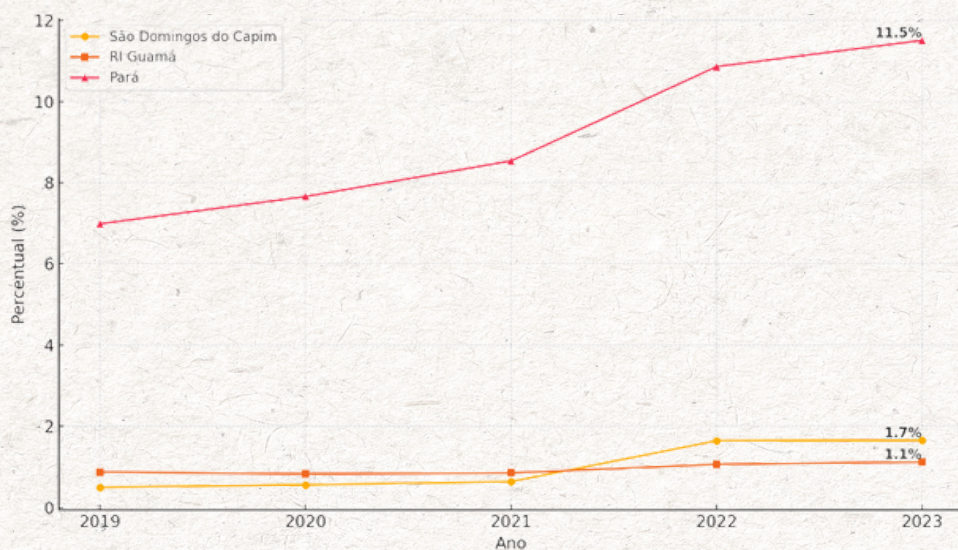
São Domingos do Capim apresentou um crescimento discreto no acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda: de 0,5% em 2019 e 2020, para 0,6% em 2021, 1,7% em 2022 e mantendo 1,7% em 2023. A RI Guamá partiu de 0,9% (2019), manteve-se até 2021 e subiu para 1,1% em 2022 e 2023. O estado do Pará teve trajetória mais robusta: de 7,0% (2019) para 11,5% em 2023, com crescimento consistente ao longo dos anos (Gráfico 11).

Os dados demonstram grande desigualdade territorial no acesso a saneamento básico entre os mais pobres. São Domingos e a RI operam em níveis extremamente baixos, mesmo com avanços pontuais. O estado apresenta tendência positiva, mas ainda insuficiente frente à magnitude do desafio. A estagnação ou crescimento tímido nas regiões mais vulneráveis aponta para falhas na priorização dos investimentos. Melhorar esse indicador é estratégico para reduzir doenças, ampliar dignidade urbana e promover justiça social. A universalização da coleta exige planejamento articulado com políticas habitacionais e ambientais (Gráfico 11).





**Gráfico 11** - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em São Domingos do Capim, o gasto per capita em saneamento cresceu de R\$ 16 (2019) para R\$ 25 (2020), manteve-se em R\$ 24 (2021), subiu a R\$ 32 em 2022 e recuou levemente para R\$ 28 em 2023. A RI Guamá apresentou estabilidade até 2022, oscilando entre R\$ 15 e R\$ 16, mas caiu para R\$ 11 em 2023. O estado do Pará investiu significativamente mais: R\$ 80 (2019), R\$ 113 (2020), R\$ 96 (2021), R\$ 154 (2022) e R\$ 137 (2023) (Gráfico 12).

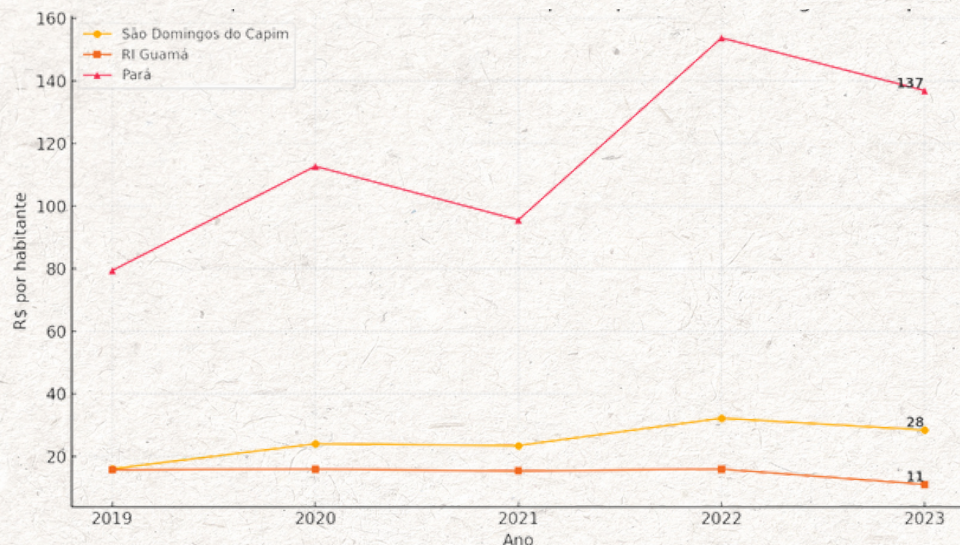
Observa-se que, apesar do

crescimento local, o município ainda está distante dos patamares de investimento estadual. A queda recente na RI e a leve retração municipal em 2023 indicam possível instabilidade orçamentária. O Pará manteve liderança e tendência positiva, demonstrando maior capacidade de financiamento e talvez mais efetividade em planejamento. O aumento de gasto em São Domingos coincide com a tímida elevação no acesso à coleta entre os mais pobres, o que reforça a importância da continuidade dos investimentos (Gráfico 12).





**Gráfico 12** - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 28/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

### Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



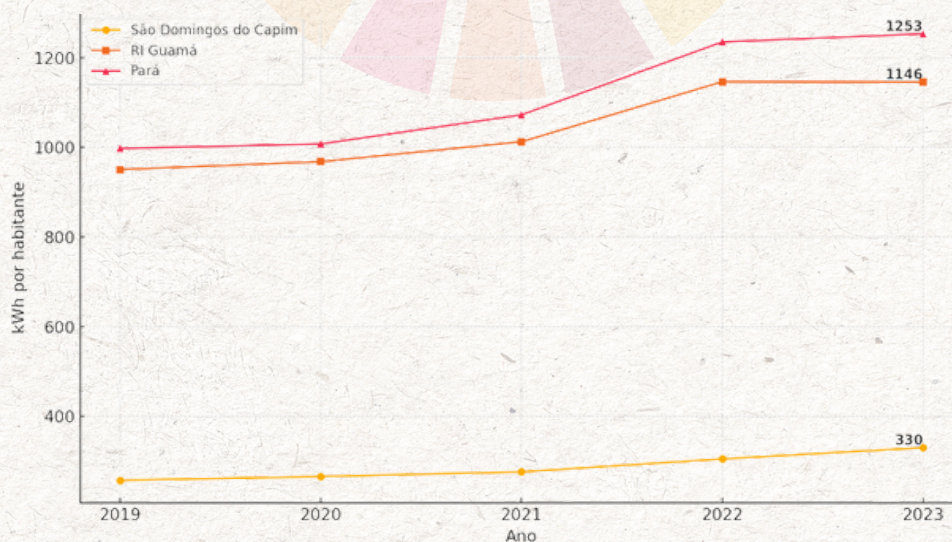
Em São Domingos do Capim, o consumo de energia elétrica per capita era de 260 kWh/hab. em 2019 e cresceu gradualmente para 268 (2020), 278 (2021), 305 (2022) e 330 kWh/hab. em 2023. Na RI Guamá, o índice iniciou em 950 kWh/hab. em 2019, subindo para 964 (2020), 1.010 (2021), 1.146 (2022) e mantendo-se em 1.146 em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento semelhante, partindo de 999 kWh/hab. (2019) até 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



A análise mostra que o município, embora em crescimento contínuo, mantém um consumo muito inferior às médias da RI e do estado. A diferença de mais de 900 kWh/hab. em relação ao Pará evidencia desigualdades no acesso e uso de energia elétrica, refletindo aspectos socioeconômicos. O crescimento expressivo no estado a partir de 2021 pode estar relacionado à expansão da infraestrutura energética ou aumento da urbanização. A estabilização da RI em 2023 sugere maturação do consumo local. Já em São Domingos, o crescimento gradual indica que ainda há potencial de ampliação do acesso e da demanda (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 330 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

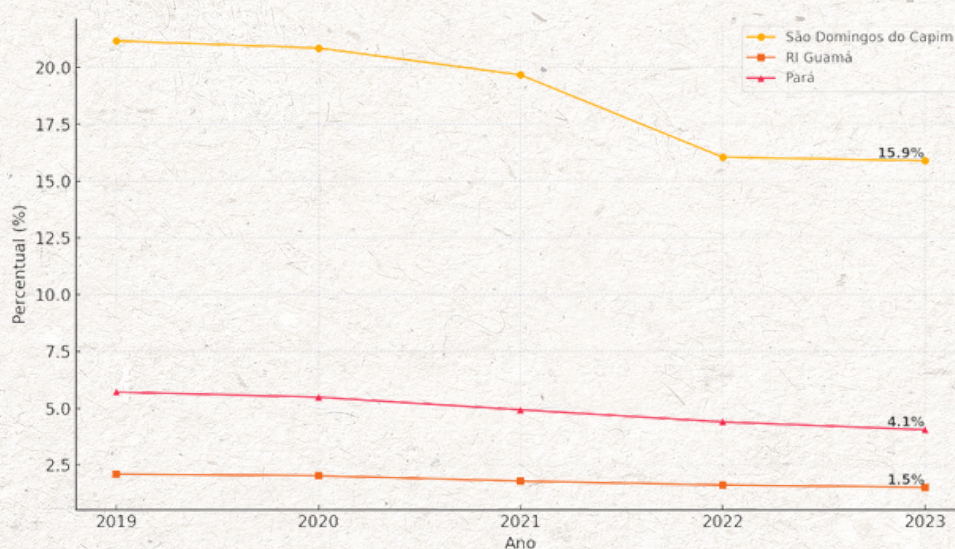
Em São Domingos do Capim, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizavam iluminação fóssil era de 21,2% em 2019. Esse índice reduziu-se levemente para 20,9% em 2020, 19,7% em 2021 e caiu com mais força para 16,1% em 2022 e 15,9% em 2023. Na RI Guamá, o índice foi de 2,1% em 2019 para 1,5% em 2023, com reduções contínuas. No Pará, os percentuais também caíram de 5,8% (2019) para 4,1% (2023), embora em ritmo mais moderado (Gráfico 14).



Apesar da queda, São Domingos ainda apresenta um uso muito elevado de fontes fósseis entre a população pobre, sendo quase quatro vezes maior que a média estadual em 2023. Isso indica persistência de bolsões de exclusão energética e ausência de rede elétrica adequada em determinadas áreas. O desempenho da RI e do estado demonstra maior cobertura elétrica nas zonas vulneráveis. A tendência de queda no município é positiva, mas lenta diante do patamar inicial. Para acelerar a transição, são necessárias políticas específicas de eletrificação rural e substituição de tecnologias poluentes (Gráfico 14).



**Gráfico 14** - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

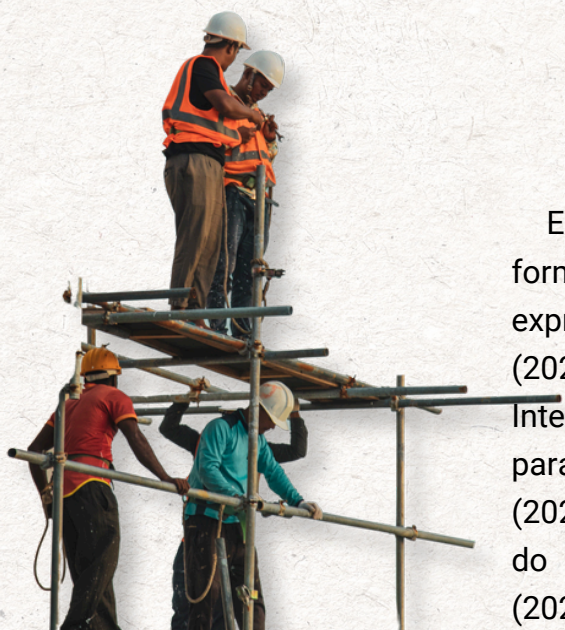


# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



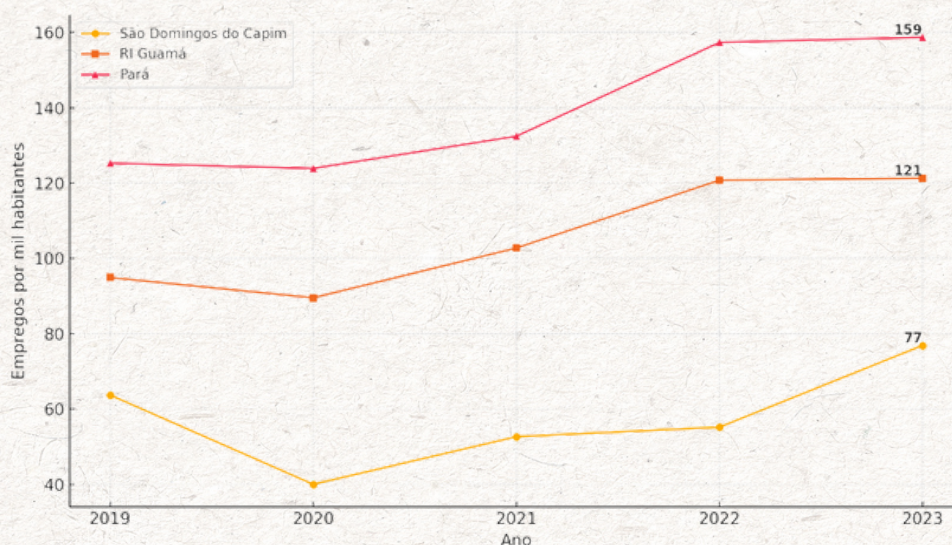
## Empregos Formais por Mil Habitantes

Observa-se que, embora o município tenha demonstrado crescimento consistente após o impacto da pandemia em 2020, seu nível de formalização permanece bem abaixo da média regional e estadual. A diferença entre São Domingos (77) e o estado (159) em 2023 é mais que o dobro. A recuperação municipal é significativa, mas ainda revela um mercado de trabalho com baixa inserção formal. A RI Guamá segue padrão semelhante ao estadual, mas com um patamar inferior. A pandemia afetou todos os territórios, mas o impacto foi mais acentuado em áreas com menor dinamismo econômico (Gráfico 15).

Em São Domingos do Capim, o número de empregos formais por mil habitantes começou em 63 (2019), caiu expressivamente para 40 em 2020, recuperando-se para 52 (2021), 55 (2022) e atingindo 77 em 2023. Na Região de Integração (RI) Guamá, a trajetória foi de 95 (2019), queda para 89 (2020), e posterior crescimento contínuo: 103 (2021), 121 (2022) e manutenção em 121 (2023). O estado do Pará apresentou evolução de 126 (2019) para 125 (2020), 132 (2021), 158 (2022) e 159 empregos por mil habitantes em 2023 Gráfico 15).



**Gráfico 15** - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita

O Produto Interno Bruto per capita em São Domingos do Capim era de R\$ 8.601 em 2018, subindo para R\$ 10.770 em 2019, R\$ 11.823 em 2020, R\$ 13.592 em 2021 e encerrando 2022 em R\$ 14.865. Na RI Guamá, os valores foram superiores: R\$ 12.712 (2018), mantendo-se estáveis até 2019, e crescendo a R\$ 13.505 (2020), R\$ 14.848 (2021) e R\$ 16.258 (2022). Já o estado do Pará apresentou crescimento mais acentuado, partindo de R\$ 18.882 (2018), atingindo R\$ 20.688 (2019), R\$ 24.941 (2020), R\$ 29.948 (2021) e R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).

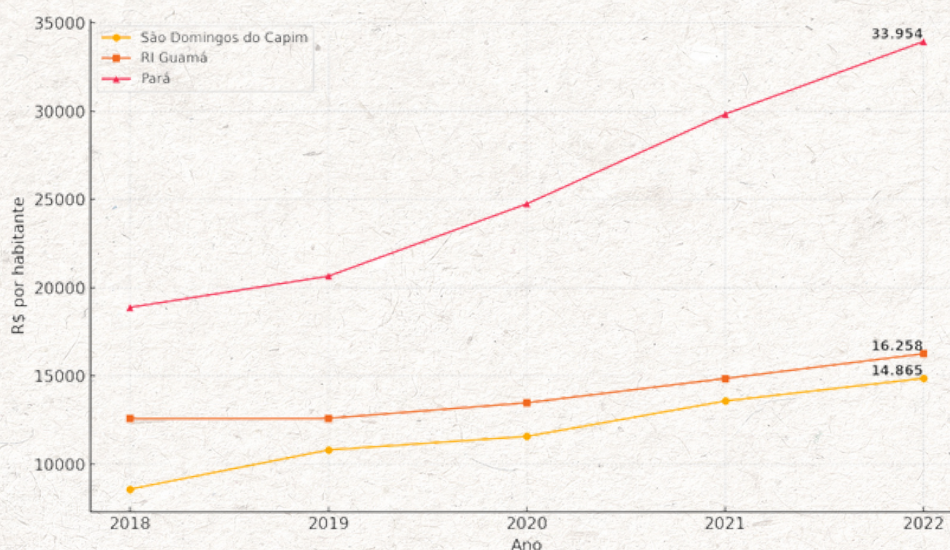


Os dados mostram um avanço gradual do PIB per capita em todas as esferas, mas com clara desigualdade entre os territórios. São Domingos teve crescimento de 73% no período, porém ainda permanece com um valor 56% inferior à média estadual em 2022. A diferença entre o município e o estado se ampliou com os anos, indicando que os ganhos de produtividade ou investimentos no Pará beneficiaram mais as regiões centrais ou industrializadas. A RI Guamá, embora com menor crescimento percentual, manteve um patamar intermediário e estável (Gráfico 16).





**Gráfico16** - PIB per capita, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14.865/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



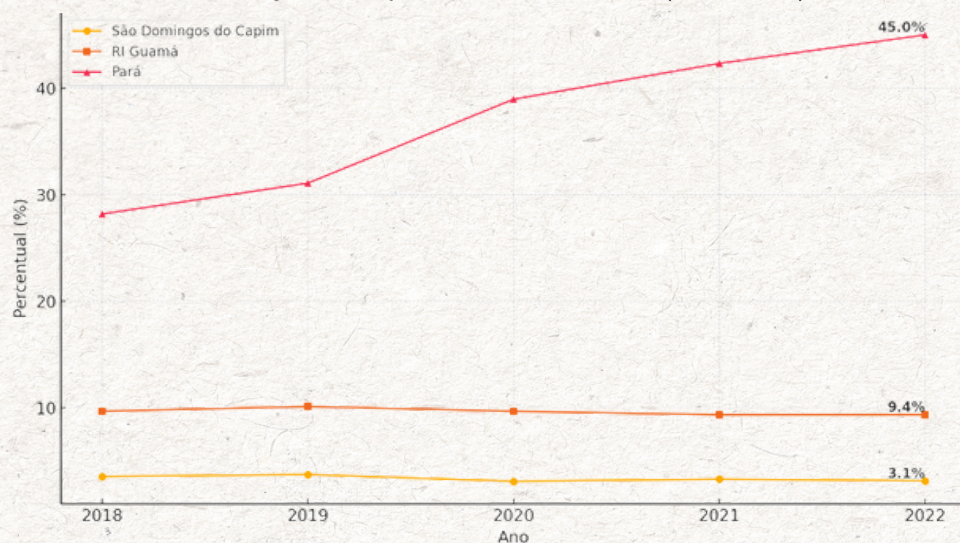
Em São Domingos do Capim, a participação da indústria no PIB era de apenas 3,2% em 2018, subindo para 3,5% em 2019, caindo para 2,8% em 2020, e voltando a crescer para 3,0% (2021) e 3,1% em 2022. A RI Guamá manteve uma média constante entre 9,6% e 10,0% ao longo do período, com discreta queda para 9,4% em 2022. Já no estado do Pará, os dados apontam um salto significativo: de 28,4% (2018) para 30,9% (2019), 38,3% (2020), 42,3% (2021) e 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

A discrepância entre os territórios é evidente: São Domingos possui uma estrutura produtiva com baixíssima participação industrial, enquanto o estado intensificou sua vocação industrial, provavelmente impulsionado por grandes projetos extrativistas e de transformação. A RI Guamá permanece com participação moderada e estável, refletindo uma base industrial regional mais consolidada. O baixo valor adicionado da indústria no município aponta para forte dependência de serviços ou do setor agropecuário. Para que São Domingos diversifique sua matriz econômica e aumente sua resiliência, é essencial fomentar microindústrias, cadeias locais e infraestrutura produtiva (Gráfico 17).





**Gráfico 17** - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em São Domingos do Capim, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes era muito baixo em 2019 (0,6), caindo para 0,2 em 2020 e mantendo-se em 0,5 em 2021. Houve um salto significativo para 7,3 em 2022, valor que se manteve inalterado em 2023. Na RI Guamá, os números partiram de 7,6 (2019), caíram



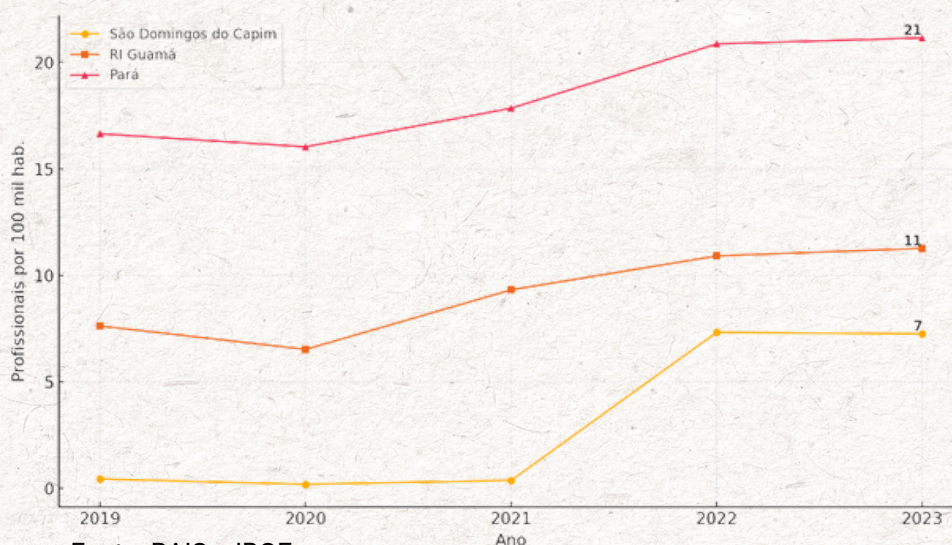
para 6,5 (2020) e cresceram progressivamente até 11,2 em 2023. O estado do Pará apresentou valores mais elevados e consistentes: de 16,6 (2019) para 21,2 em 2023 (Gráfico 18).

A evolução em São Domingos foi marcada por forte desigualdade até 2021, mas o aumento em 2022 representa um avanço importante no cenário local. Ainda assim, o município apresenta densidade muito inferior à média estadual, cuja diferença em 2023 foi de 14 profissionais por 100 mil habitantes. A RI Guamá demonstrou trajetória de crescimento contínuo, embora também com valores abaixo do estado (Gráfico 18).





**Gráfico 18** - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*





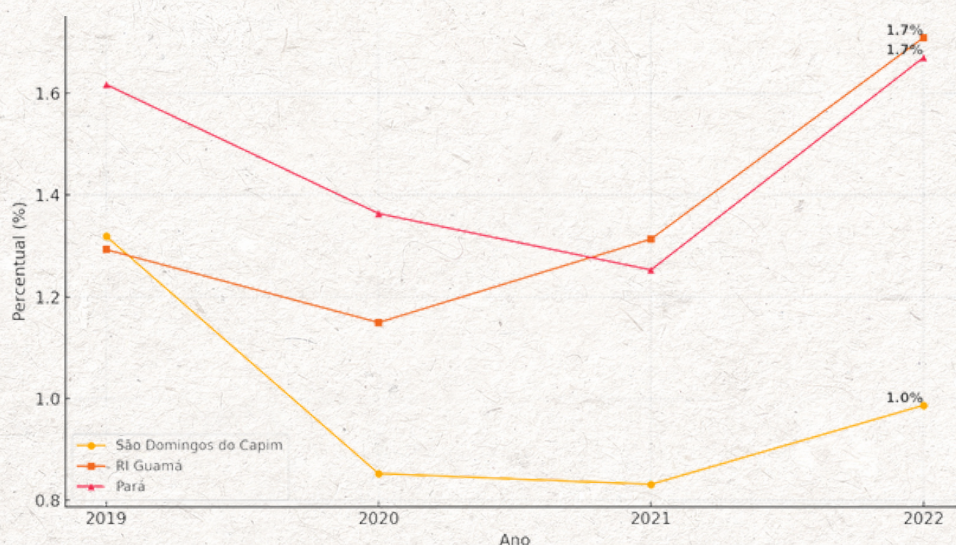
### Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em São Domingos do Capim, a massa salarial representava 1,32% do PIB em 2019, caiu para 0,85% em 2020, recuou ainda mais para 0,83% em 2021 e subiu para 1,01% em 2022. Na RI Guamá, o indicador partiu de 1,30% (2019), passou por leve queda para 1,15% (2020), subiu para 1,31% (2021) e alcançou 1,72% em 2022. O estado do Pará, por sua vez, iniciou com 1,61% em 2019, declinou para 1,36% (2020), caiu novamente para 1,26% (2021) e recuperou-se para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A análise mostra que, embora São Domingos

tenha apresentado melhora em 2022, ainda mantém a menor proporção de massa salarial em relação ao PIB entre os três recortes. Isso evidencia que, mesmo com crescimento do PIB local, a distribuição via trabalho formal continua limitada. A RI e o estado apresentaram recuperação mais expressiva, com patamares semelhantes no último ano analisado. A discrepância indica desafios na valorização salarial e formalização do mercado de trabalho no município. Ampliar empregos com carteira e melhores salários é chave para elevar o impacto econômico da renda do trabalho (Gráfico 19).

**Gráfico 19** - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

Em São Domingos do Capim, o acesso à telefonia móvel aumentou de 31 linhas por 100 habitantes em 2019 para 41 em 2020, 48 em 2021, estabilidade em 48 em 2022 e novo aumento para 54 em 2023. A Região de Integração Guamá iniciou com 44,6 (2019), subiu para 52,4 (2020), 68,6 (2021), 72,4 (2022) e atingiu 74,1 em 2023. Já o estado do Pará, partiu de 79,6 em 2019 e alcançou 90,1 em 2023, mantendo crescimento constante, com leve estabilização após 2021 (Gráfico 20).

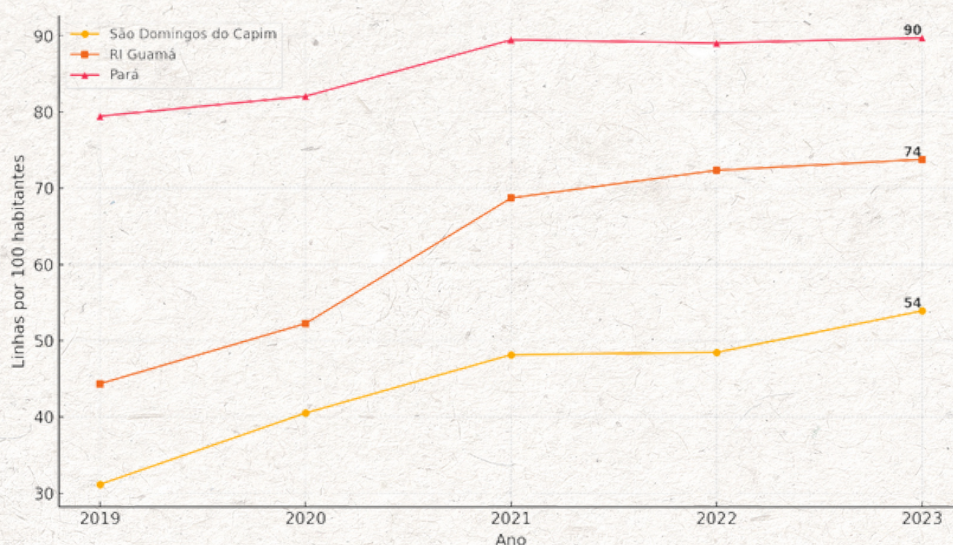
Observa-se que, embora São Domingos apresente evolução contínua, ainda permanece bem abaixo das médias regional e estadual. A diferença em 2023 entre o município (54) e o estado (90,1) revela limitações de cobertura e acesso, refletindo desigualdades tecnológicas. A RI Guamá também ampliou o acesso rapidamente, reduzindo o distanciamento em relação ao estado. Os dados indicam progresso local, mas insuficiente para universalizar a comunicação móvel. Incentivos à expansão de redes e maior cobertura em áreas rurais são fundamentais para inclusão digital e mobilidade urbana (Gráfico 20).







**Gráfico 20** - Acesso à Telefonia Móvel, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em São Domingos do Capim, os gastos per capita com cultura e meio ambiente eram de R\$ 9,8 em 2019, subindo para R\$ 12,5 em 2020, despencando a R\$ 0 em 2021. A partir daí, houve retomada: R\$ 6,2 em 2022 e R\$ 21,0 em 2023. A RI Guamá manteve valores mais elevados: R\$ 45,5 (2019), R\$ 50,4 (2020), R\$ 34,6 (2021), R\$ 65,4 (2022) e R\$ 75,2 (2023). Já o Pará variou entre R\$ 41,0 (2019) e R\$ 70,6 (2023), com queda em 2021 (R\$ 38,3) (Gráfico 21).

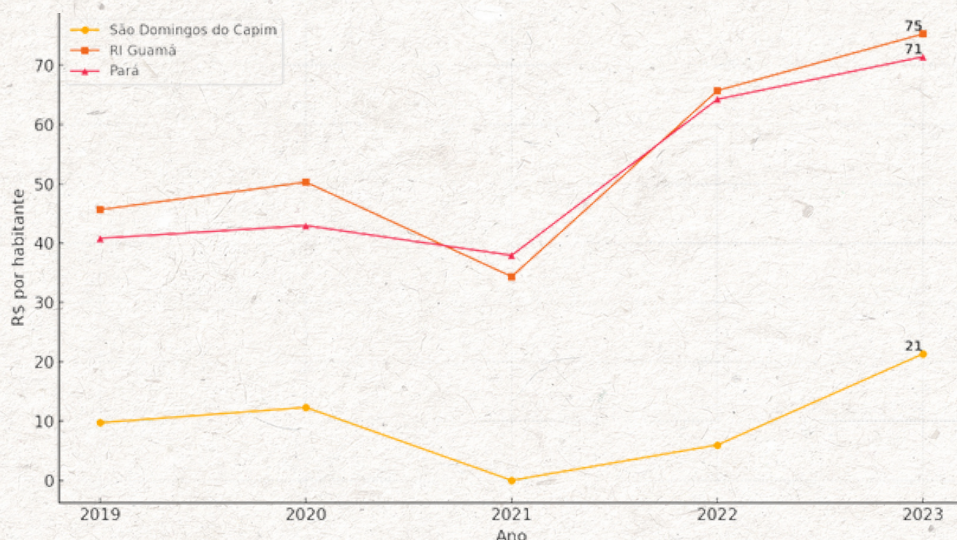
O comportamento de São Domingos revela

uma descontinuidade significativa no financiamento das áreas culturais e ambientais. A interrupção total em 2021 contrasta com os aumentos posteriores, sinalizando possível priorização tardia ou restrição orçamentária crítica. A RI e o estado demonstraram maior regularidade e intensidade nos investimentos. A retomada em 2023 é um avanço relevante, mas ainda muito aquém dos demais territórios. Para assegurar políticas efetivas e sustentáveis nessas áreas, é necessário garantir continuidade dos aportes e planejamento multianual (Gráfico 21).





**Gráfico 21** - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

## ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*





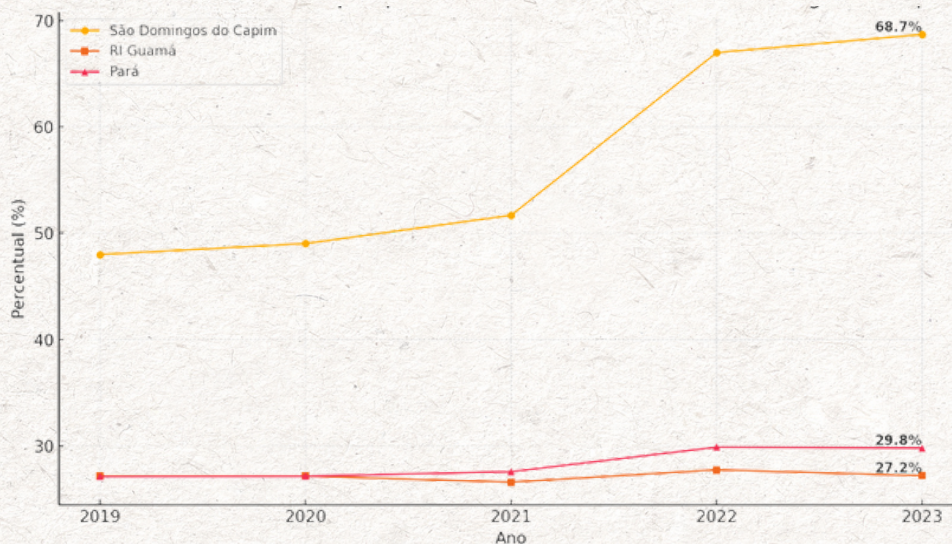
## Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em São Domingos do Capim, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo cresceu de 47,8% (2019) para 48,9% (2020), 52,0% (2021), 66,2% (2022) e 68,7% em 2023. Na RI Guamá, os valores oscilaram levemente entre 26,9% (2019) e 27,2% (2023), enquanto no estado do Pará o índice variou de 26,8% para 29,8% no mesmo período. A elevação expressiva em São Domingos após 2021 destaca uma tendência inversa às médias regionais e estaduais (Gráfico 22).

Esse comportamento sinaliza um agravamento das condições de coleta e destina-

ção de resíduos entre a população mais vulnerável no município. Enquanto a média estadual e da RI se mantêm estáveis, o crescimento de mais de 20 pontos percentuais em São Domingos expõe retrocessos ambientais e de saúde pública. A falta de coleta regular em comunidades de baixa renda pode estar diretamente associada à expansão dessa prática. A situação exige respostas urgentes com foco em inclusão nos serviços de saneamento, educação ambiental e fiscalização. Essa prática prejudica o meio ambiente e compromete a qualidade de vida urbana (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



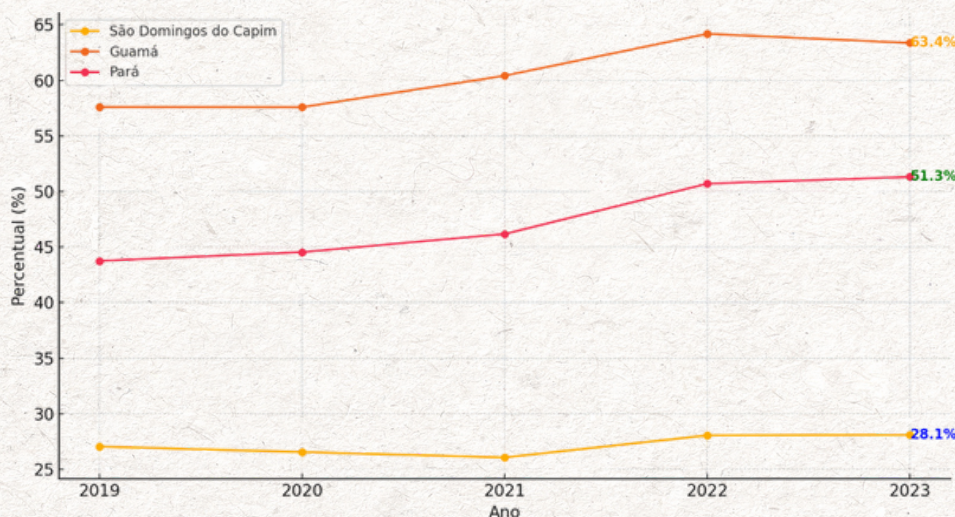
### População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em São Domingos do Capim, o percentual de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar foi de 27,0% em 2019, mantendo estabilidade até 2021, com leve queda (25,8%). A partir de 2022, houve elevação para 27,9% e nova estabilidade em 2023 (28,1%). A RI Guamá começou com 58,2% em 2019, manteve 58,2% em 2020, subiu 69,7% em 2022 e aumentou levemente para 63,4% em 2023. No estado do Pará, o índice aumentou de 43,7% (2019) para 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

Comparando os três recortes, São Domingos apresenta os melhores resultados ao

longo de todo o período, com cerca de metade do percentual da RI e do estado. No entanto, a estagnação nos índices locais e o leve crescimento a partir de 2021 demonstram ausência de avanços estruturais. A RI e o estado seguem trajetória de piora, com altas contínuas até 2022. Apesar do melhor desempenho relativo, os dados indicam que mais de um quarto da população pobre do município ainda vive em condições sanitárias precárias. A ampliação de redes de esgoto e soluções alternativas adequadas são urgentes para reverter esse quadro (Gráfico 23).

**Gráfico 23** - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

## Gastos per capita com prevenção de desastres

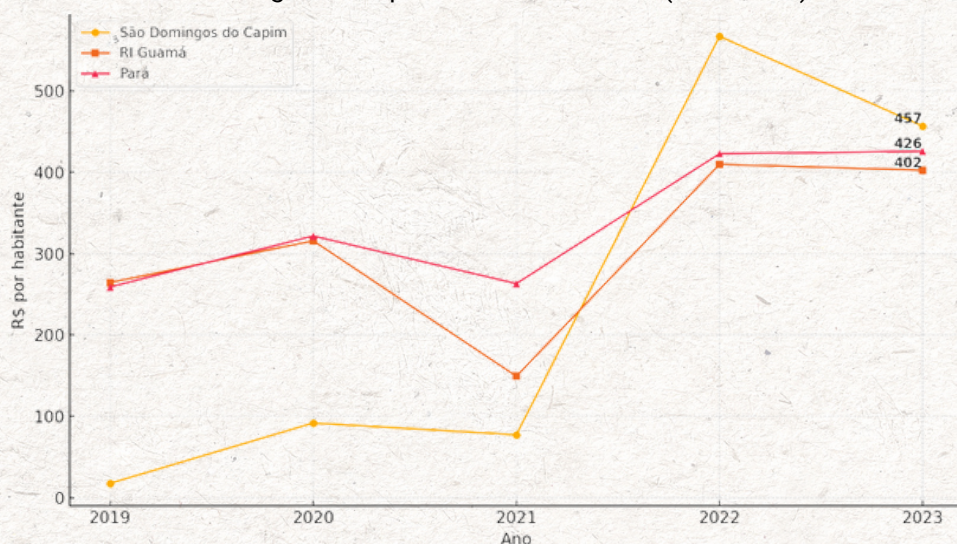
Em São Domingos do Capim, os gastos por habitante com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 18 (2019), cresceram para R\$ 91 (2020), recuaram levemente para R\$ 79 (2021) e saltaram para R\$ 563 em 2022. Em 2023, houve redução, com o valor fechando em R\$ 457. Na Região de Integração Guamá, os valores foram maiores no início: R\$ 263 (2019), R\$ 321 (2020), queda para R\$ 153 (2021), seguido de aumento para R\$ 409 (2022) e R\$ 402 (2023). O estado do Pará teve comportamento semelhante, partindo de R\$ 263 (2019), subindo para R\$ 323 (2020), caindo para R\$ 264 (2021) e encerrando em R\$ 426 (2023) (Gráfico 24).





O município teve um aumento expressivo a partir de 2022, superando os valores da RI e do estado em ambos os anos finais. Isso pode indicar um esforço recente de estruturação institucional em políticas de proteção civil e planejamento territorial. Antes disso, os valores eram extremamente baixos, evidenciando ausência de políticas públicas consistentes na área. Já a RI e o estado mostram comportamento mais linear, embora com oscilações relacionadas a investimentos ou repasses emergenciais (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 457/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

## Despesa per capita com preservação aquática

Em São Domingos do Capim, os investimentos per capita com preservação aquática foram nulos de 2019 a 2021, registrando R\$ 0,1 em 2022 e R\$ 8,0 em 2023. Já a RI Guamá apresentou crescimento: R\$ 0 em 2019, R\$ 2,4 em 2020, leve recuo para R\$ 1,7 em 2021, seguido de R\$ 15,3 em 2022 e um salto para R\$ 44,3 em 2023. No estado do Pará, os valores oscilaram fortemente: R\$ 183,2 (2019), R\$ 279,3 (2020), queda para R\$ 223,2 (2021), recuo a R\$ 179,7 (2022), e nova elevação para R\$ 287,4 em 2023 (Gráfico 25).

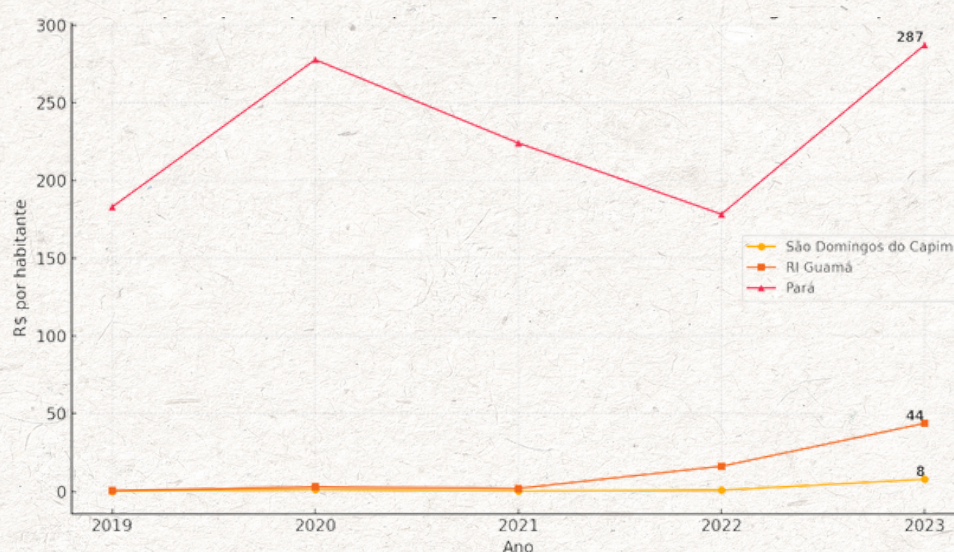
A evolução em São Domingos reflete quase total ausência de políticas voltadas à preservação aquática até 2022, quando o indicador inicia um modesto crescimento. Mesmo em 2023, o valor é mais de 30 vezes inferior à média estadual e cinco vezes menor que a da RI. A diferença evidencia fragilidade local na agenda ambiental hídrica, essencial para conservação de rios, igarapés e lagos. Enquanto o Pará lidera com altos investimentos, São Domingos parece apenas ensaiar uma estruturação mínima nesse campo (Gráfico 25).

*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*





**Gráfico 25** - Despesa per capita com preservação aquática, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



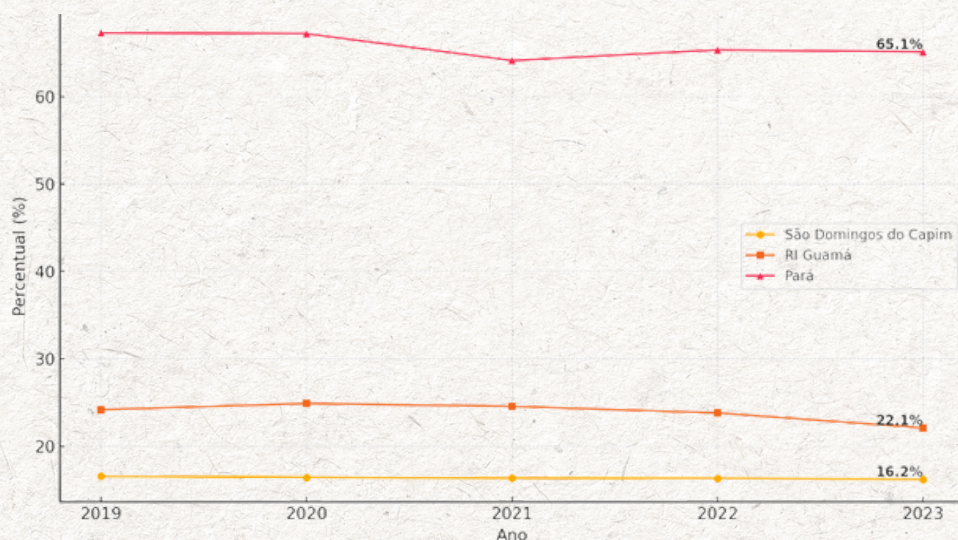
## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

São Domingos do Capim apresentou estabilidade no percentual de cobertura florestal: 16,6% em 2019 e 2020, leve queda para 16,5% (2021), 16,4% (2022) e 16,2% em 2023. A RI Guamá manteve-se mais elevada, com 24,2% (2019), 25,0% (2020), 24,6% (2021), 24,0% (2022) e queda para 22,1% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, se manteve em patamar elevado, iniciando com 66,9% (2019–2020), caindo para 64,8% (2021), depois subindo para 65,6% (2022) e recuando levemente para 65,1% (2023) (Gráfico 26).

A análise evidencia que São Domingos possui um dos menores percentuais de cobertura florestal entre os recortes analisados, com perdas acumuladas nos últimos anos. A diferença entre o município (16,2%) e o estado (65,1%) em 2023 revela o grau de degradação ambiental histórica local. A RI também apresenta tendência de redução, embora ainda mantenha valores superiores ao município. A conservação de áreas florestais é fundamental para serviços ambientais e mitigação das mudanças climáticas (Gráfico 26).



**Gráfico 26** - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

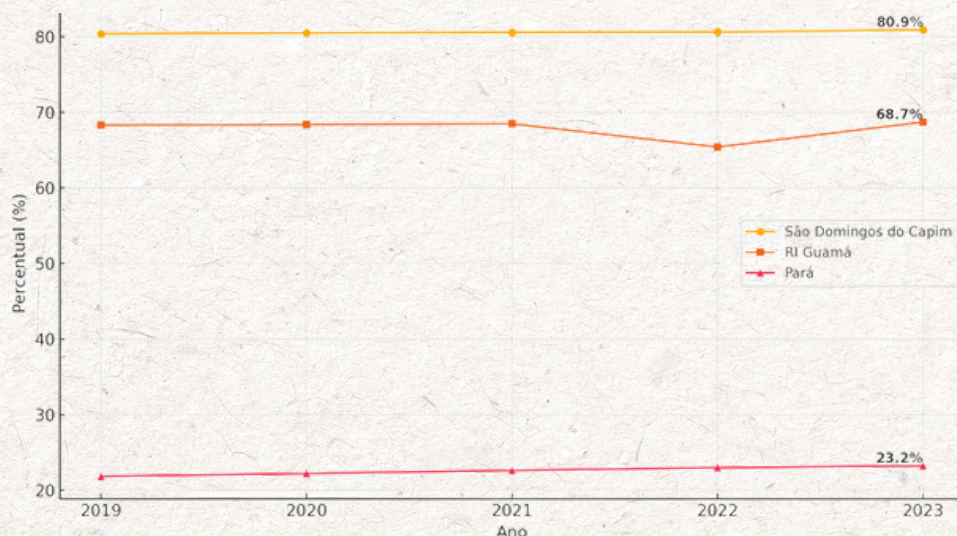
Em São Domingos do Capim, a área desmatada representava 80,7% em 2019 e 2020, aumentando para 80,9% em 2021 e mantendo-se nesse patamar até 2023. A RI Guamá seguiu trajetória semelhante: 68,4% em 2019 e 2020, leve alta em 2021 (68,6%), queda para 65,5% em 2022 e novo aumento a 68,7% em 2023. O estado do Pará apresenta um cenário muito distinto: 21,6% (2019), subindo de forma lenta até 23,2% (2023), mantendo-se abaixo da média nacional (Gráfico 27).

O altíssimo percentual de área desmatada em São Domin-

gos indica um cenário crítico de degradação ambiental consolidada. Quase toda a área do município já foi desmatada, comprometendo a biodiversidade, os recursos hídricos e a capacidade de regeneração do ecossistema. A RI Guamá também apresenta valores alarmantes, embora inferiores. Em contraste, o estado ainda conserva boa parte de seu território, apesar do avanço lento do desmatamento. A reversão desse quadro exige políticas robustas de reflorestamento, fiscalização e estímulo a práticas sustentáveis (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

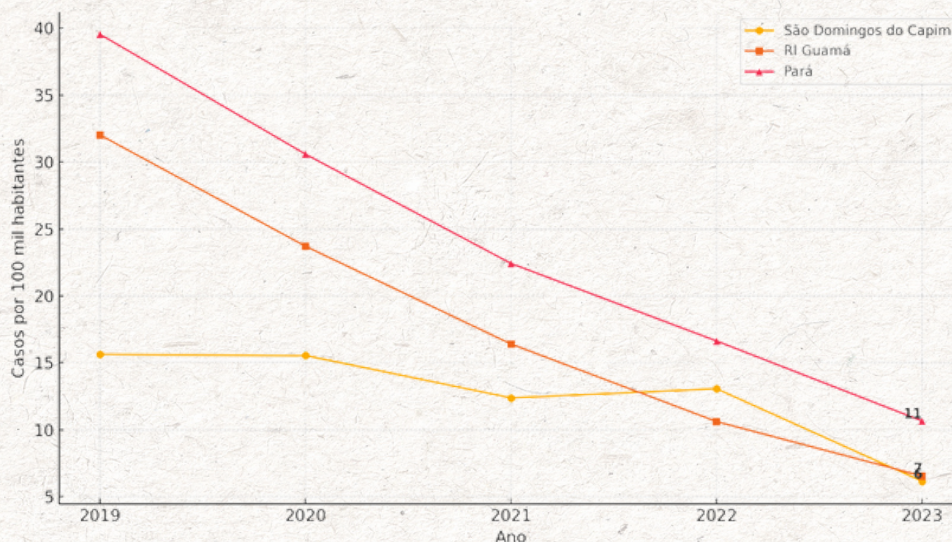
Em São Domingos do Capim, o indicador manteve estabilidade em 15,6 casos por 100 mil habitantes em 2019 e 2020, caiu para 12,4 em 2021, oscilou levemente para 13,2 em 2022 e atingiu o menor valor da série em 2023: 6. A RI Guamá apresentou redução constante: 32,0 (2019), 23,7 (2020), 16,2 (2021), 10,7 (2022) e 6,6 em 2023. O estado do Pará iniciou com 39,5 casos (2019), caindo para 30,6 (2020), 22,6 (2021), 16,6 (2022) e fechou 2023 com 11,1 (Gráfico 28).

O município, apesar de um início melhor que os demais,

mostrou queda mais lenta até 2022, com melhora significativa apenas no último ano. Já a RI e o estado tiveram reduções lineares e mais aceleradas ao longo do período. Em 2023, São Domingos (6) ultrapassou positivamente os dois recortes, apresentando a menor taxa de trabalho infantil entre eles. A tendência geral é de declínio, sugerindo avanços em políticas públicas de proteção à infância. Entretanto, a oscilação entre 2021 e 2022 no município sugere que ainda há vulnerabilidades a serem monitoradas (Gráfico 28).



**Gráfico 28** - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

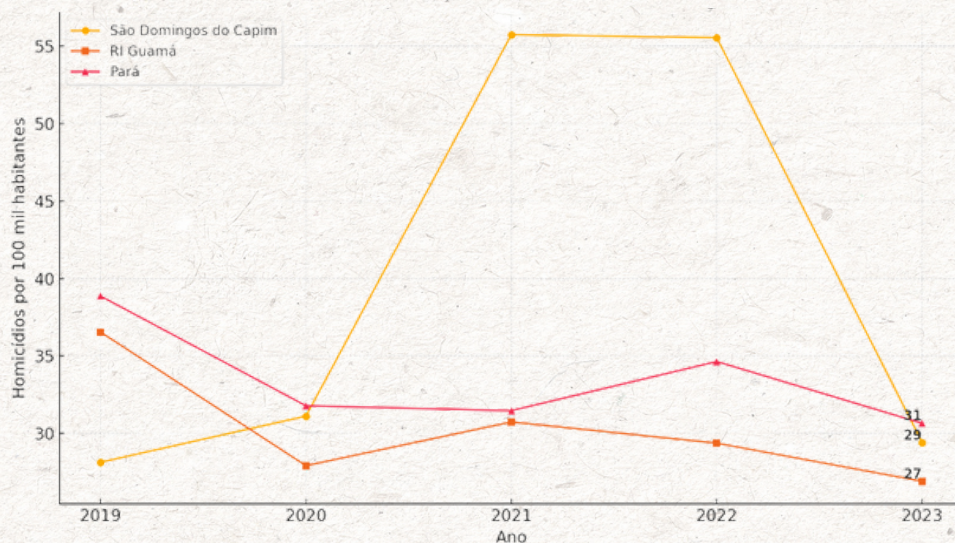
São Domingos do Capim registrou 28,1 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, subiu para 31,0 em 2020, e saltou para o pico de 55,8 em 2021, mantendo o mesmo patamar em 2022 (55,5). Em 2023, houve queda significativa para 29,2. Na RI Guamá, os valores começaram em 36,6 (2019), reduziram para 27,8 (2020), subiram levemente para 31,0 (2021), voltaram a cair para 29,2 (2022) e fecharam 2023 com 26,9. O Pará apresentou 39,3 (2019), 31,9 (2020), 31,5 (2021), 34,5 (2022) e 30,9 (2023) (Gráfico 29).

O comportamento de São Domingos foi o mais instável, com forte pico de violência le-

tal em 2021-2022, destoando da trajetória mais controlada da RI e do estado. A queda em 2023 indica possível retomada da estabilidade, mas o histórico recente exige atenção. Em contraste, RI e Pará mantiveram variações moderadas, com redução consolidada em 2023. O ano de 2021 foi especialmente crítico para o município, ultrapassando em mais de 20 pontos a média estadual. Políticas de segurança pública, inclusão social e fortalecimento do sistema de justiça são essenciais para sustentar a queda e evitar novos surtos de violência (Gráfico 29).



**Gráfico 29** - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Domingos do Capim x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

## ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*





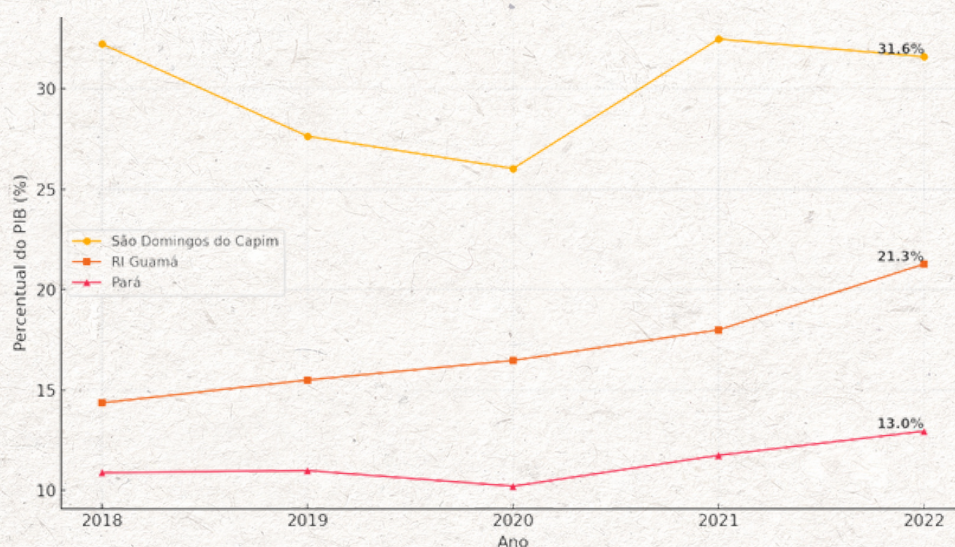
## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de São Domingos do Capim apresentou valores elevados de gasto público em relação ao PIB local, partindo de 32,4% em 2018 e reduzindo para 27,7% em 2019 e 26,2% em 2020. Em 2021, houve retomada para 32,7%, encerrando 2022 com leve queda para 31,6%. Na Região de Integração Guamá, a trajetória foi de crescimento contínuo: 14,3% (2018), 15,5% (2019), 16,5% (2020), 18,1% (2021) e 21,3% (2022). Já o estado do Pará oscilou entre 10,9% e 11,0% entre 2018 e 2020, com aumento nos dois últimos anos: 11,9% (2021) e 13,0% (2022) (Gráfico 30).

A participação do gasto público no PIB em

São Domingos é significativamente superior aos outros níveis territoriais, sinalizando forte dependência da economia municipal em relação ao setor público. Apesar da redução entre 2018 e 2020, o município voltou a elevar o indicador a partir de 2021, o que pode refletir expansão de investimentos, folha de pagamento ou programas sociais. A RI Guamá segue em crescimento moderado e contínuo, reduzindo a distância relativa frente ao município. No caso do Pará, a expansão recente pode estar associada à retomada econômica e aumento da arrecadação estadual (Gráfico 30).

**Gráfico 30** - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



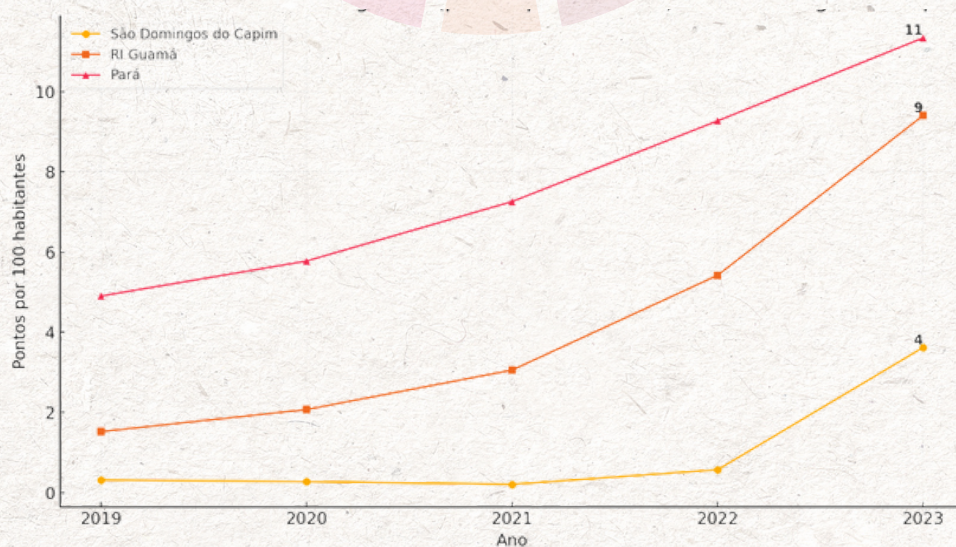
### Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em São Domingos do Capim, o indicador permaneceu em apenas 0,4 ponto entre 2019 e 2021, crescendo discretamente para 0,6 em 2022 e saltando para 4 pontos em 2023. Na RI Guamá, os valores aumentaram de forma contínua: 1,6 (2019), 2,1 (2020), 3,0 (2021), 5,4 (2022) e 9,0 (2023). Já o estado do Pará partiu de 4,9 em 2019, subindo para 5,8 (2020), 7,3 (2021), 9,2 (2022) e alcançando 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 31).

O crescimento em São Domingos ocorreu de forma tardia e lenta até 2022, com avanço ex-

pressivo somente em 2023. Mesmo com esse salto recente, o município ainda está bem abaixo das médias da RI e do estado. A ampliação do acesso à internet fixa é um indicador chave para a inclusão digital e o desenvolvimento econômico e educacional. A RI Guamá mostrou expansão significativa e constante, praticamente triplicando sua taxa entre 2019 e 2023. O estado do Pará também avançou de forma robusta, superando a marca de 10 pontos em 2023 (Gráfico 31).

**Gráfico 31** - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

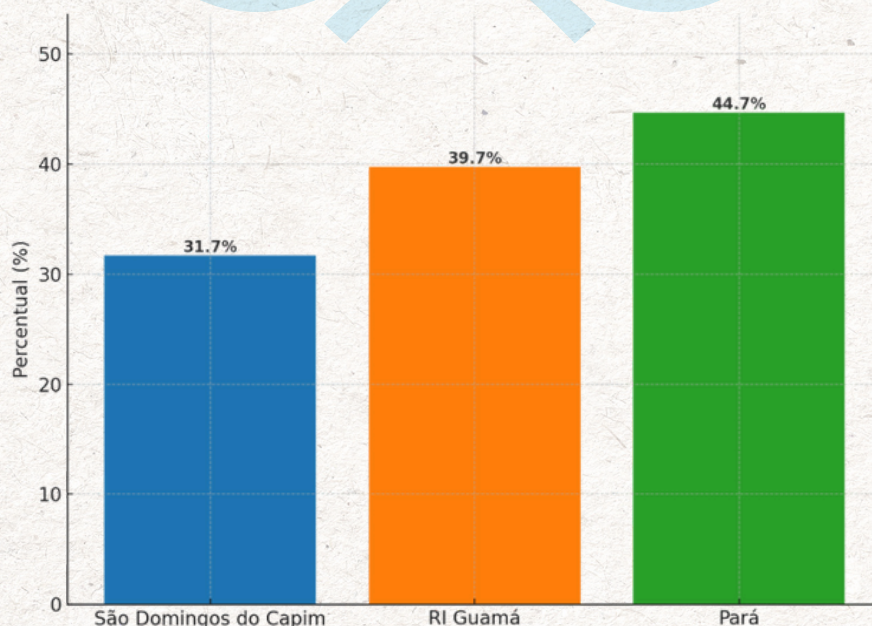


# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São Domingos do Capim** registrou um IDS de **31,7%** (gráfico 32).

**Gráfico 32** - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Domingos do Capim x RI Guamá x Pará (2025)



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.





# Anexo I

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2** - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.





Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

**Figura 3** - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

**Figura 4** - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.





A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).







Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos





dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de São Domingos do Capim na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em São Domingos do Capim e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.





Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).





## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

